



Revisão do Plano
Diretor de Maricá

DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Documento Síntese



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
MARICÁ

Apoio:



Realização:



APRESENTAÇÃO

Maricá se encontra em um momento de fazer escolhas quanto à sustentabilidade de seu desenvolvimento, à qualificação de suas infraestruturas e o controle sobre os impactos territoriais e urbanos de suas iniciativas



Vista área da cidade
Foto: Prefeitura de Maricá - Conheça Maricá
(<http://conheca.marica.rj.gov.br/>)

**Veja o Diagnóstico Técnico completo em
www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/**

O Município de Maricá, ao longo dos últimos anos, logrou índices positivos de desenvolvimento, que seguem em evolução em muitos setores da vida municipal e de seus habitantes. Porém, a disponibilidade de recursos para investimentos advindos dos royalties do petróleo, que tem contribuído para tais conquistas, não será para sempre.

Os inúmeros projetos que compõem hoje a agenda municipal buscam diversificar as atividades econômicas no município e criar oportunidades para o incremento de sua economia. Contudo, a implantação dos mesmos pode produzir efeitos indesejados, socioambientais e sobre o território, se não forem tomadas as devidas precauções. Isto significa que o patamar positivo alcançado em Maricá, ainda está sujeito a instabilidades que podem até comprometer eventuais conquistas.

O grande desafio que se apresenta para Maricá é o de conjugar as ações e projetos previstos em prol do dinamismo econômico com a preservação ambiental, com a manutenção e ampliação de conquistas sociais, com a capacidade de atender novas

demandas socioterritoriais advindas do próprio desenvolvimento e com a melhoria da qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Nesse sentido, as análises anotadas neste Diagnóstico Técnico apontam para a necessidade de aprimoramento das capacidades de planejamento e gestão e de controle e fiscalização das dinâmicas territoriais, em associação com a aplicação dos recursos para qualificação da infraestrutura urbana.

Sem a pretensão de esgotar qualquer dos temas abordados, o Diagnóstico Técnico consolida uma base de informações, referências e análises que deve servir de estímulo e provocação para que todos os segmentos sociais tragam para o debate público suas visões, demandas e expectativas sobre Maricá.

Tudo isso alimentará, na sequência do processo de trabalho, a formulação de propostas para o município que deverão moldar o novo Plano Diretor.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Anteriormente pertencente à chamada “periferia distante” da Cidade do Rio de Janeiro, Maricá está, hoje, integrada ao tecido metropolitano conurbado.

Sua localização reservou ao município condição também periférica em relação à Região dos Lagos. Ainda que tradicionalmente tenha se caracterizado como cidade de veraneio, não se integrou efetivamente àquele destino turístico, dos mais dinâmicos do Estado do Rio de Janeiro.

Nos últimos anos, entretanto, por conta de seu litoral voltado para a Baía de Santos, Maricá assumiu posição estratégica na economia do petróleo, com a exploração do Pré-Sal, o que ampliou sua visibilidade no cenário socioeconômico regional.

Com área total de 361,6km², Maricá faz divisa com Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Saquarema. Seu território abrange grande biodiversidade, incluindo maciços costeiros e vasto sistema lagunar, que correspondem a cerca de 36% de seu território, além de cerca de 42km de orla marítima.

A atual divisão administrativa foi instituída pela Lei Complementar n. 207/2010 e conta com quatro distritos: Maricá (Distrito-Sede), Ponta Negra (antigo Manoel Ribeiro), Inoã e Itaipuaçu. Ao todo, Maricá possui 50 bairros, instituídos pela mesma lei que fixa a divisão distrital.

Há outra divisão territorial criada pelo Plano Diretor de 2006, que subdivide o Município em Unidades de Planejamento. Essas compreendem áreas com semelhanças, socioeconômicas ou de padrão de ocupação, mas não orientam propriamente a administração municipal.



361,6km²
extensão territorial

42km
orla marítima

36%
do território composto por maciços costeiros e um vasto sistema lagunar

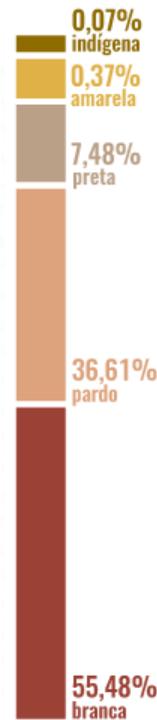
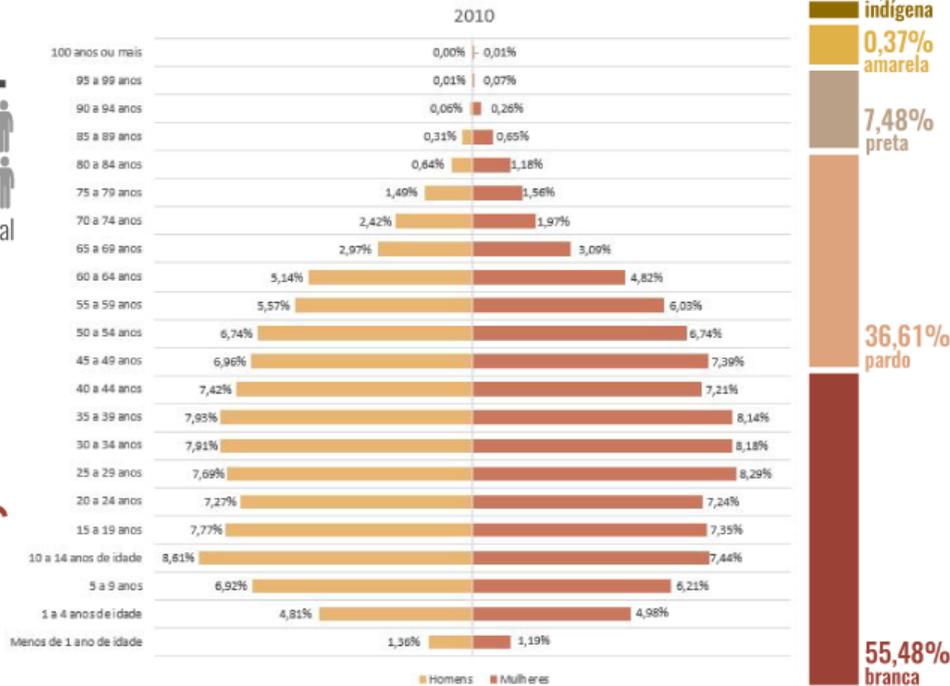
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E SEXO (IBGE, 2010)

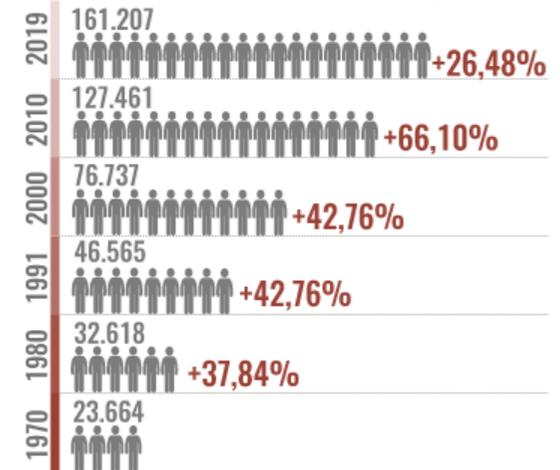
127.461 hab.



Segundo IBGE, a estimativa populacional do Município para o ano de 2019 é de 161.207 habitantes



CRESCIMENTO POPULACIONAL (SIDRA, IBGE)



ESCOLARIDADE DE PESSOAS COM 25 OU MAIS ANOS (ATLAS BRASIL/IBGE, 2010)



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (Atlas Brasil/ IBGE, 2010)



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPEA/IBGE, 2010)



NÚMERO DE DOMICÍLIOS (IBGE, 2010)



PROGRAMAS SOCIAIS (MDC e IDR, 2020)



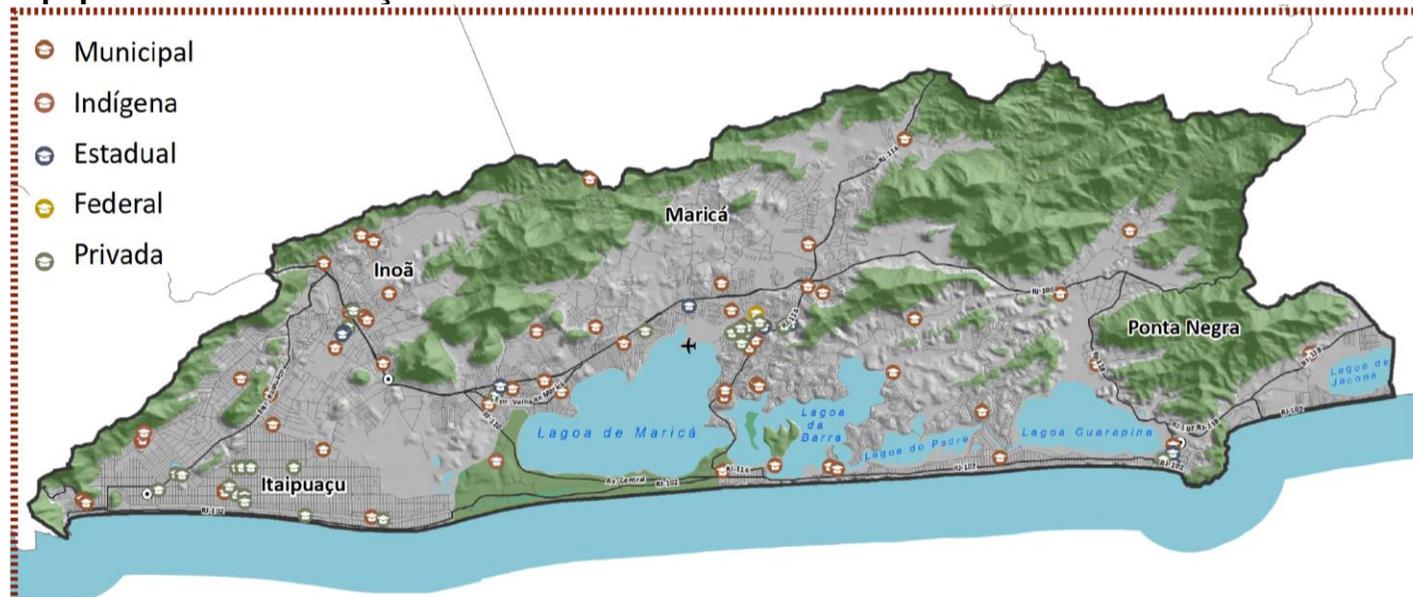
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITOS (IBGE, 2010)

distritos	domicílios particulares e coletivos	peças residentes
Sede	28.032	57.984
Itaipuaçu	20.024	36.890
Inoã	9.018	21.067
Ponta Negra	12.157	12.459

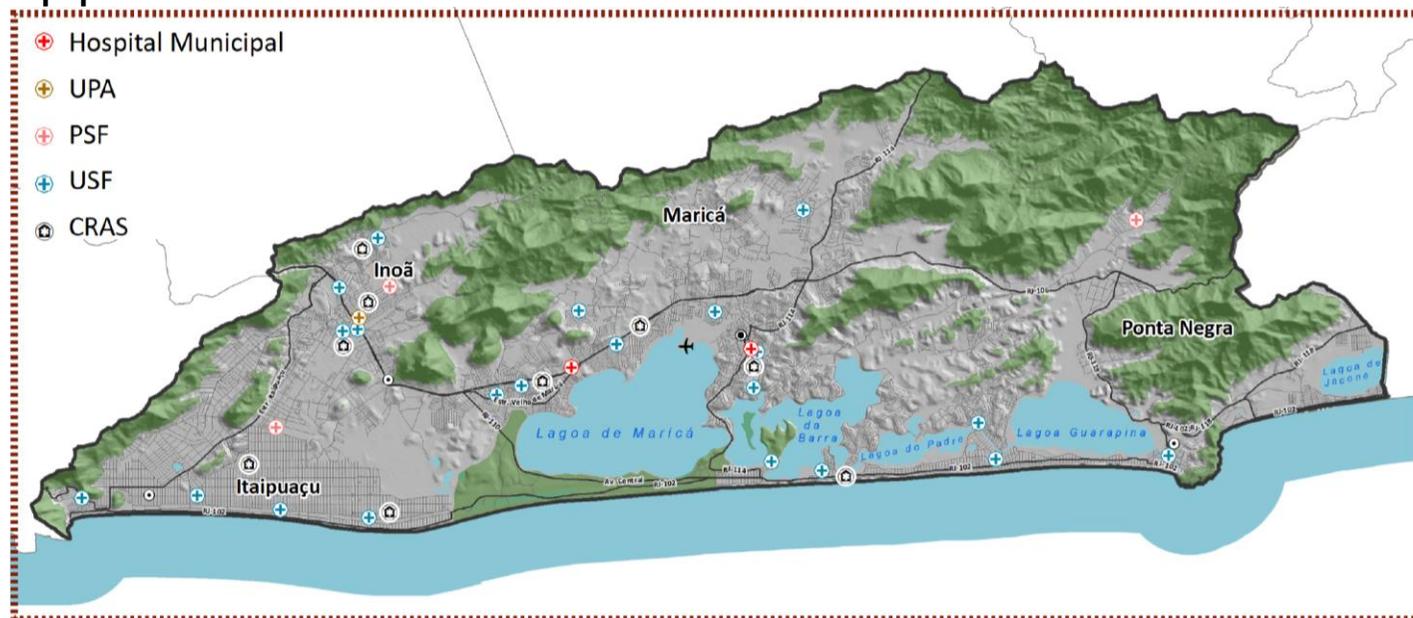
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

No que se refere à infraestrutura, dados da Secretaria Municipal de Educação mostram que o Município conta atualmente com 62 escolas municipais (sendo 2 escolas indígenas), 23 unidades de atendimento à educação infantil e 4 escolas com educação de jovens e adultos (EJA). Além disso, há 9 escolas estaduais e um campus avançado do Instituto Federal de Educação (INEP, 2018). De acordo com a Secretaria de Saúde, há 3 unidades de urgência e emergência e 25 postos de saúde e unidades de saúde da família. A localização dos equipamentos sugere maior escassez de unidades de educação e de saúde no distrito de Ponta Negra e nas populações mais afastadas acima da RJ-106, onde os núcleos urbanos são mais dispersos. Maricá contabiliza também 9 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que prestam os serviços de proteção social básica e inclusão dos direitos de cidadania para a população. Segundo os dados da Secretaria de Assistência Social, até julho de 2020, 28.958 pessoas estavam cadastradas nos programas de Assistência, o que representaria quase 18% da população.

Equipamentos de Educação



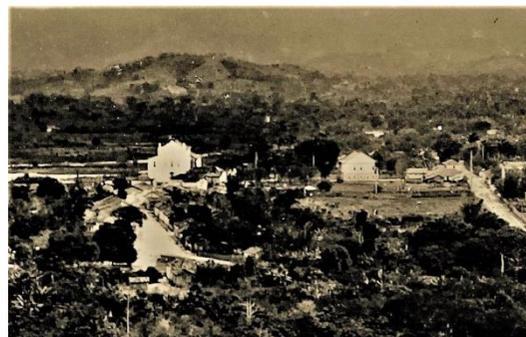
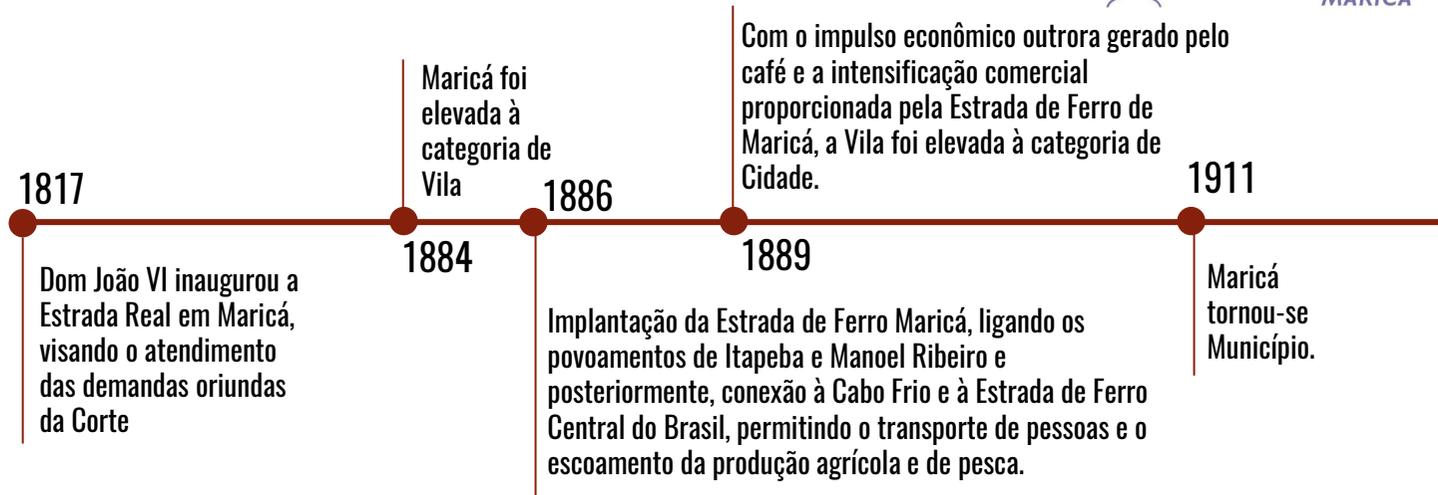
Equipamentos de Saúde e Assistência Social



FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA

O território de Maricá foi ocupado por algumas pequenas aldeias de pescadores, ao longo da orla, no século XVI. Sabe-se que os primeiros colonizadores ocuparam o atual Município devido à doação de sesmarias, concedidas na faixa litorânea, compreendida entre Itaipuaçu e as margens da lagoa. Em 1584, José de Anchieta e Padre Leitão, acompanhados de um grupo de índios, saíram de Cabuçu e seguiram em direção à Lagoa de Maricá, encontrando ali sinais da colonização. Mas, foi em São José do Imbassaí, no entorno da Fazenda São Bento, fundada em 1635 por padres beneditinos, que surgiram os primeiros núcleos povoados em Maricá.

Inicialmente, os novos habitantes dedicaram-se à agricultura de subsistência. Contudo, foram o plantio dos canaviais e a criação de gado as atividades que permitiram a formação e a fixação dos novos núcleos de povoação no território (MARTINS, 1986 apud NOGUEIRA, 2015). Aos poucos, os habitantes se deslocaram para a outra margem da lagoa, devido às melhores condições sanitárias, dando origem à Vila de Santa Maria de Maricá.



Núcleo da Vila de Santa Maria de Maricá (detalhe com a igreja ainda sem a torre, circa segunda metade Séc. XIX). Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



Estação ferroviária de Inoã, 1939
Fonte: Cláudio Falcão

Acima: Imagem do núcleo da antiga Vila de Santa Maria de Maricá (circa segunda metade Séc. XIX).
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

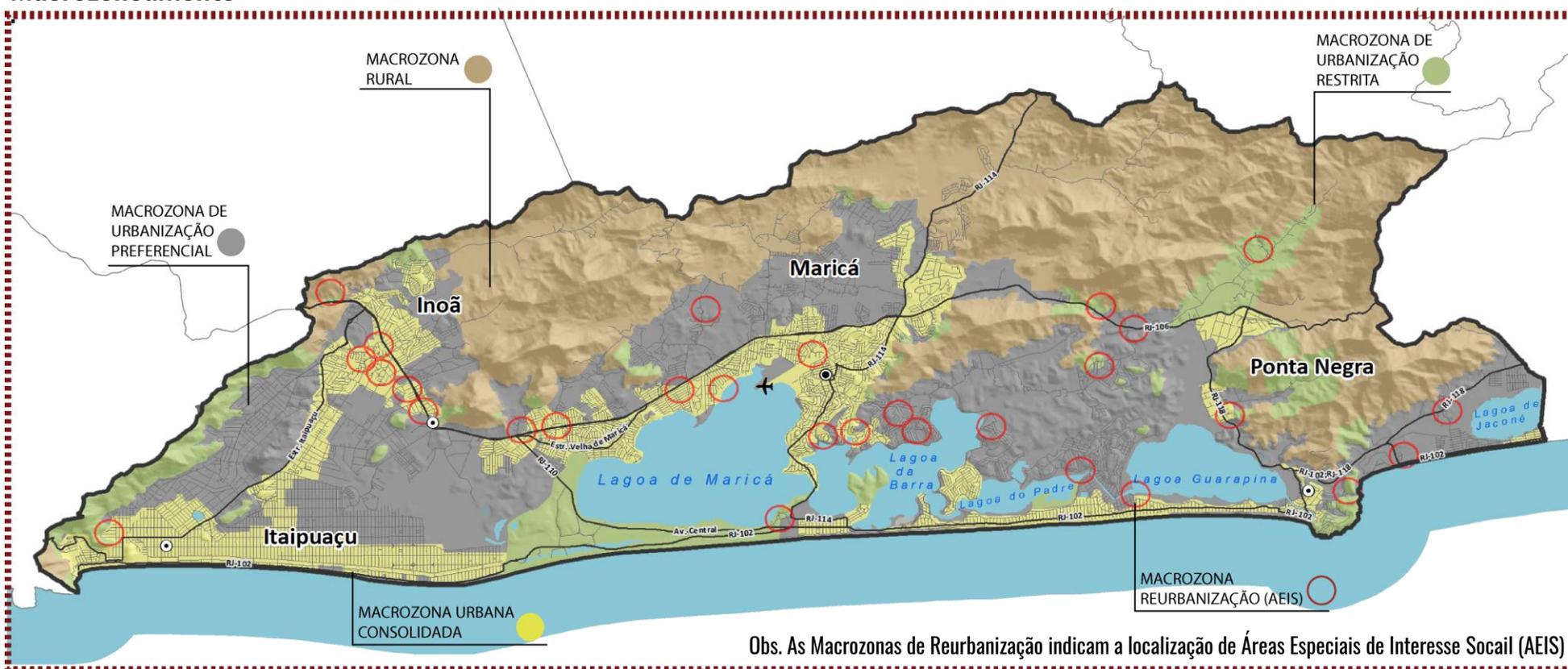
O PLANO DIRETOR DE 2006

O atual Plano Diretor de Maricá, instituído pela Lei Complementar nº 145/2006, foi corretamente estruturado e demonstra coerência com o momento em que foi elaborado, quando se fazia, nacionalmente, o primeiro movimento na perspectiva de implementação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001).

O PD 2006 estabelece o Macrozoneamento Municipal, subdividindo o território em áreas urbanas e rurais, com a criação de 4 categorias de Macrozonas: Macrozonas Urbanas Consolidadas; Macrozonas de Urbanização Preferencial; Macrozonas de Reurbanização; Macrozonas de Urbanização Restrita.

As proposições do PD 2006 se organizam em três grandes grupos: as diretrizes e propostas para Unidades de Planejamento, as políticas setoriais, os instrumentos e recursos. Apesar de certa fragmentação de propostas, o plano tem ênfase em temas como meio ambiente, saneamento, habitação e desenvolvimento econômico.

Macrozoneamento



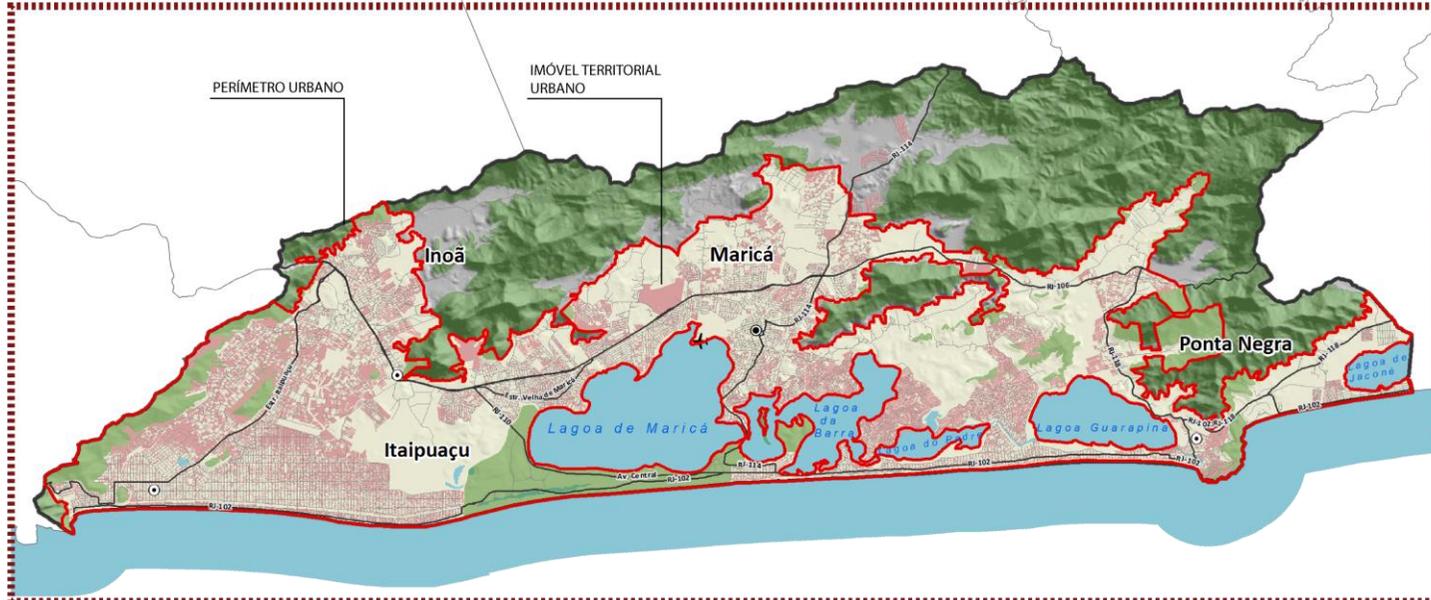
PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E TERRITORIAL

A evolução urbana de Maricá é marcada por alguns momentos de ‘surto’ de expansão da urbanização, por meio da abertura de loteamentos, que ocorreram nas décadas de 1950, 1970 e 1990, com parte significativa da oferta imobiliária destinada à demanda veranista.

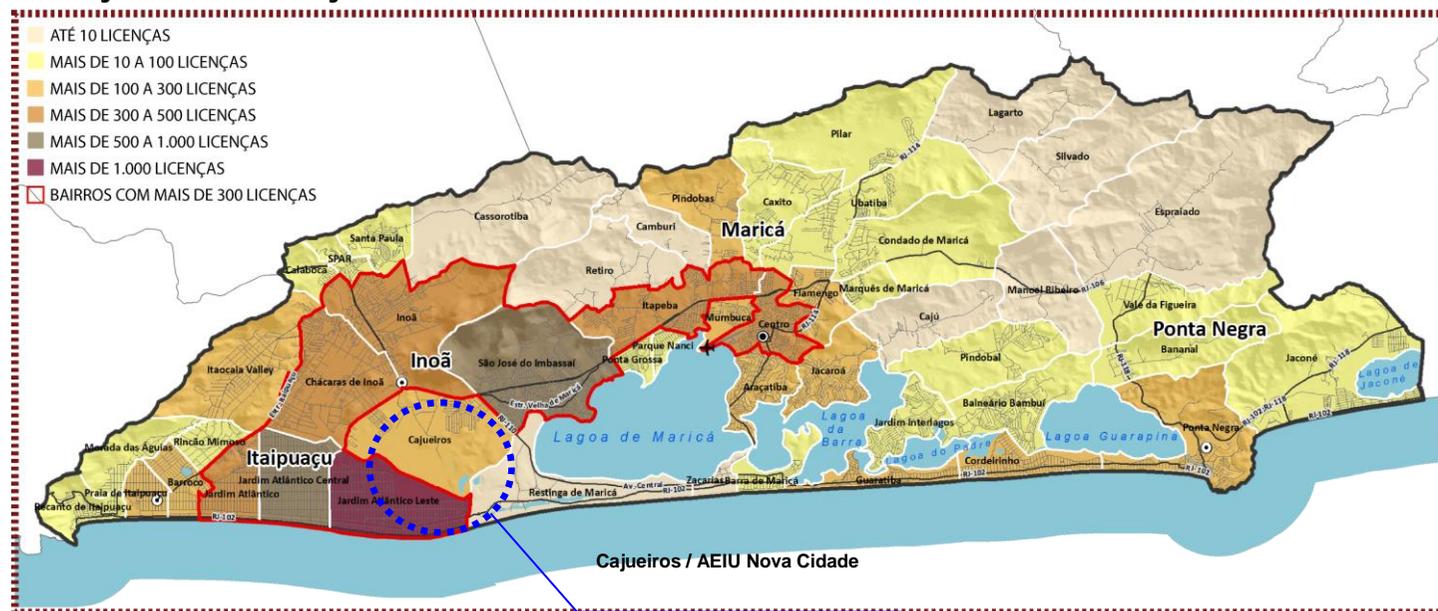
Grande quantidade de lotes abertos nesses períodos permanece até hoje vazia, sem aproveitamento. Somente a partir dos anos 1990 se verifica o crescimento da população residente em Maricá de modo mais intenso e continuado.

Os dados de licenças de construção dos últimos anos indicam uma área relativamente contínua que vai de Itaipuaçu até a área central de Maricá que configura a área urbana de atuação mais recorrente do mercado formal da construção civil. No meio dessa grande área interligada pela Rodovia RJ-106, está o bairro Cajueiros, objeto de recente legislação municipal que regulamente a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) Nova Cidade, sugerindo um esforço de configurar ali um novo vetor de desenvolvimento da cidade.

Terrenos Vazios



Licenças de Construção entre 2012 e 2020



PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E TERRITORIAL

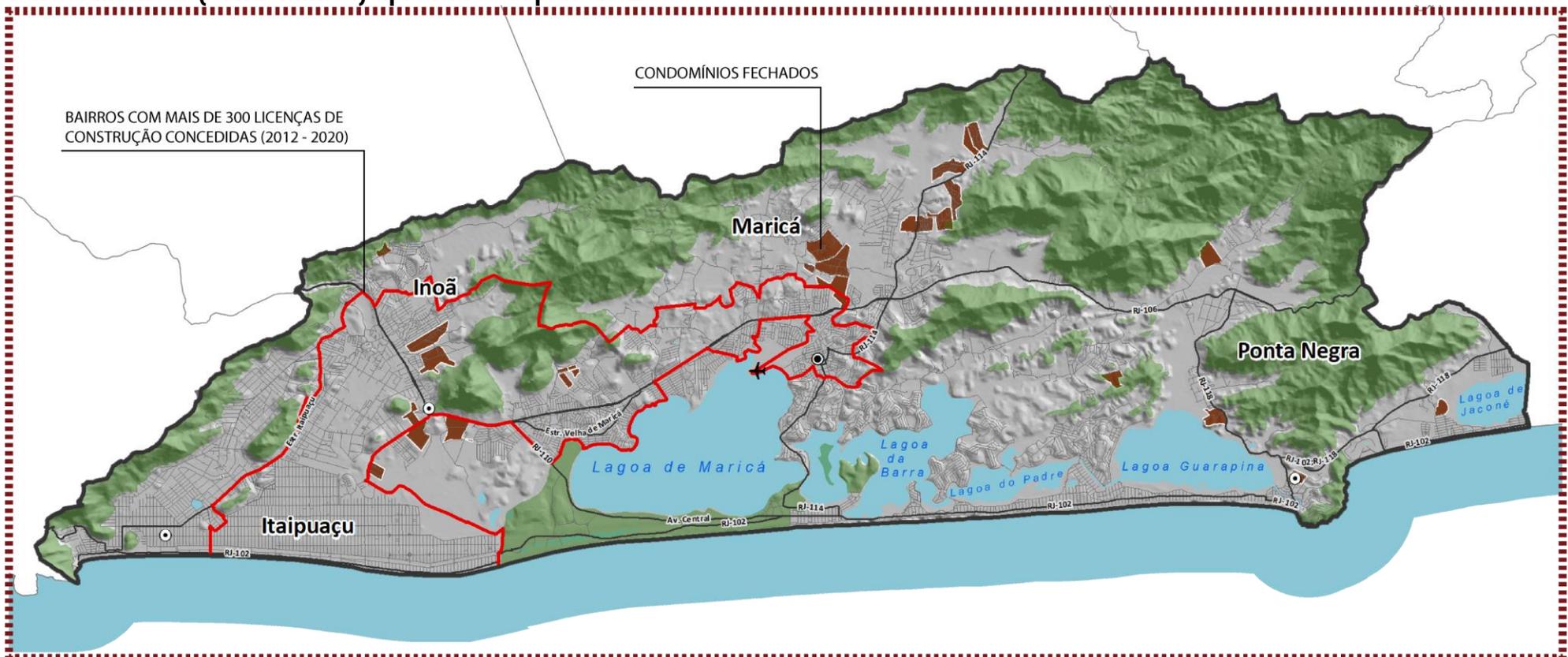
Os dados do licenciamento mostram também que desde 2006 não houve nenhuma aprovação de parcelamento do solo na forma do loteamento tradicional. Todos os “parcelamentos” se deram na forma de condomínios fechados. Assim, depois dos ‘surto’ de loteamentos em décadas anteriores, a dinâmica atual é a de

agregar novas áreas por meio dos condomínios, resultando em padrão urbano totalmente diferente.

Independentemente das razões que possam explicar o fenômeno dos condomínios fechados (segurança, infraestrutura etc.), o processo de revisão do Plano Diretor deve

analisar seu resultado no ambiente urbano. Os condomínios, em regra, são pensados do muro para dentro, com pouca ou nenhuma preocupação com o espaço público da cidade. Muitas vezes configuram produtos imobiliários para atrair compradores externos que possam ver Maricá como alternativa de localização para moradia.

Parcelamentos (condomínios) aprovados depois de 2006



PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E TERRITORIAL

Nos últimos anos, uma série de projetos de intervenção físico-territorial vem sendo propostos na cidade de Maricá, a maioria de iniciativa da própria Prefeitura, mas alguns lançados pela iniciativa privada. São projetos em diferentes estágios de desenvolvimento, mas que indicam fortes tendências de impactos sobre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente,

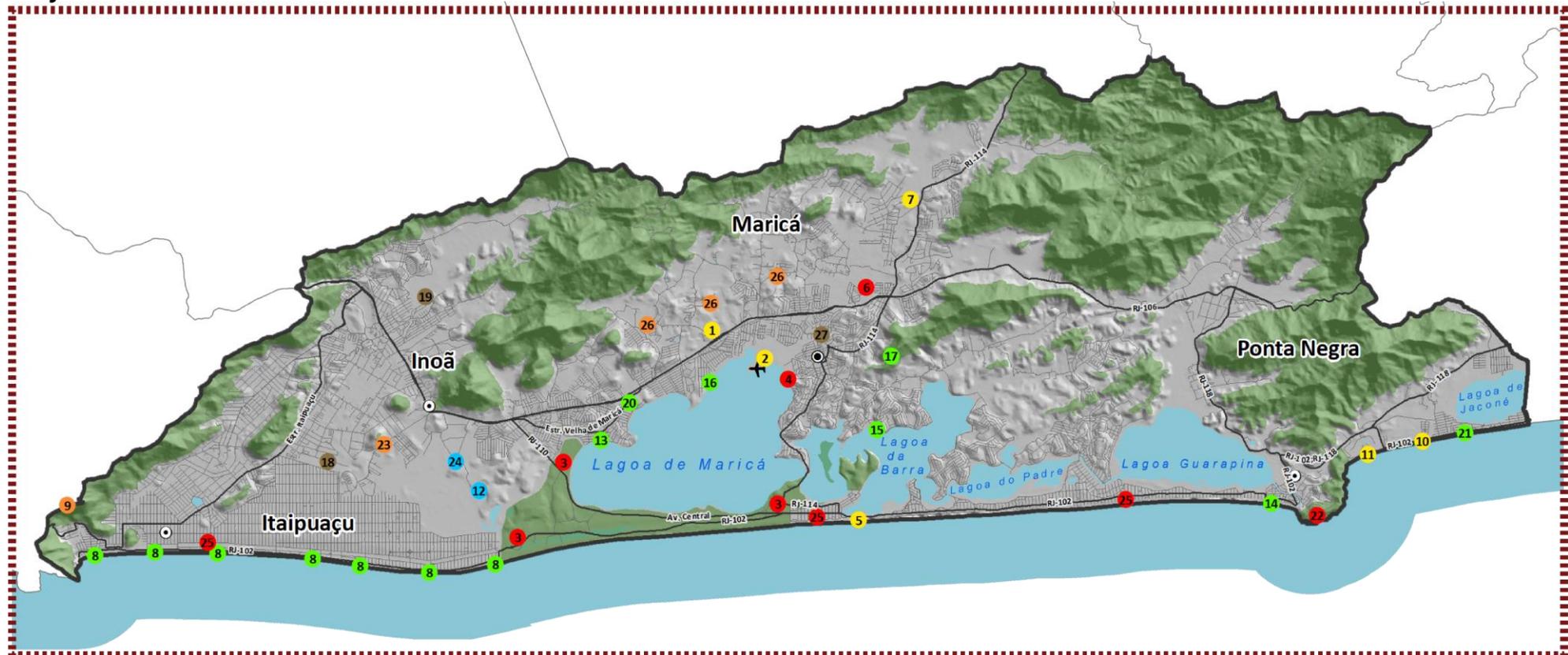
tendo em vista as deficiências de infraestrutura de saneamento básico e mobilidade da cidade.

O mapa a seguir não inclui todas as obras públicas, mas aqueles projetos mais estruturantes, cuja implantação pode representar transformações significativas e induzir novas dinâmicas de apropriação dos

espaços urbanos em Maricá. Os projetos urbanos destacados foram classificados em 6 categorias:

- Programa habitacional;
- Qualificação do espaço público;
- Infraestrutura viária;
- Equipamentos turísticos e culturais;
- Nova centralidade;
- Desenvolvimento econômico.

Projetos urbanos recentes e em andamento em Maricá



TEMAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Os diagnósticos dos planos diretores têm como objetivo reunir um grande conjunto de informações e análises sobre as dinâmicas que incidem no território municipal. Para tanto, reúne especialistas nos mais diversos campos do conhecimento, que se debruçam sobre os estudos, informações e dados disponíveis sobre o Município. A percepção requerida se completa através do olhar de cada profissional, e o diálogo com os técnicos e lideranças locais, com os gestores e representantes políticos, e pela leitura e observação em campo.

Esse ciclo se consolida quando a leitura técnica se integra com a visão dos próprios habitantes do lugar sobre a realidade em que vivem - a leitura comunitária -, próximo passo a ser cumprido no processo de revisão do Plano Diretor de Maricá.

Para facilitar a consulta pelo leitor ou leitora o Diagnóstico Técnico organiza os assuntos do Plano Diretor em 3 grandes grupos: “temas focais”, “temas transversais” e “temas complementares”

TEMAS FOCAIS

HABITAÇÃO

MOBILIDADE

SANEAMENTO BÁSICO

MEIO AMBIENTE

TEMAS TRANSVERSAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CLIMA URBANO,
CONFORTO AMBIENTAL E
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

TEMAS COMPLEMENTARES

PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
CULTURAL E PAISAGÍSTICO

TURISMO

PETRÓLEO E GÁS

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A natureza da questão habitacional se confirma em Maricá como uma questão multisetorial, envolvendo ações de várias áreas de governo no âmbito interfederativo com foco na Habitação de Interesse Social (HIS). O sucesso das políticas habitacionais depende não só da oferta física da moradia, mas, sobretudo, da promoção da inclusão econômica, social e urbanística da população na cidade.

Do ponto de vista prático para o governo local, a multisetorialidade se apoia em:

MULTISETORIALIDADE

Políticas urbanas gerais
Legislação urbana
Projeto e desenho urbano
Economia urbana e finanças municipais
Gestão do uso e da ocupação do solo
Gestão de riscos ambientais urbanos
Saneamento Básico
Mobilidade
Assistência Social
Sistema de Saúde
Rede de Creches
Energia
Segurança Pública

Em muitas dessas frentes, Maricá vem atingindo sucesso, mas ainda necessitando de melhor coordenação de ações para amplificar os seus impactos na habitação.

O processo de revisão do Plano Diretor visa regular e ordenar o território municipal, entendendo a dinâmica de uso e ocupação do solo, o que irá influenciar o cenário para habitação, impactando o custo da terra e da expansão da infraestrutura. A pergunta chave então é:

QUAL O LUGAR DA
HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL EM MARICÁ?

De todo modo, Maricá sozinho não será capaz de controlar algumas pressões externas sobre a dinâmica de desenvolvimento do Município, uma vez que está inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e soluções articuladas como seus vizinhos são desejáveis, em especial no âmbito do CONLESTE.

PROBLEMAS ESTARIAM MAIS
RELACIONADOS À QUALIDADE DAS
HABITAÇÕES DO QUE À FALTA DE
MORADIA

Pelos dados habitacionais disponíveis em Maricá, o perfil da oferta não corresponde ao perfil da demanda e vice-versa. Alguns interlocutores locais afirmam, sobretudo após a construção dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, que os problemas habitacionais de Maricá estariam mais relacionados à qualidade das habitações do que à falta de moradia.

Essa percepção, entretanto, não considera a demanda habitacional crescente gerada pela maior circulação de capital e receitas no Município, inclusive para obras transitórias.

Há também demandas específicas de segmentos sociais que esperam soluções habitacionais mais focadas e integrais, caso dos deficientes físicos e outros. Do ponto de vista da oferta, faltariam alternativas mais diversificadas que fossem além de uma demanda padrão.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

No plano diretor de 2006 havia sido previsto o enfrentamento da questão da habitação de interesse social em Maricá por meio de cinco programas. O que foi apurado é que a agenda expressa nesses programas vem sendo na sua maior parte implementada, porém não necessariamente no formato de programas. As demandas concretas e as oportunidades verificadas no Município ora exigem respostas especiais da Prefeitura, ora carecem ainda de mais ousadia para expressar o compromisso social do governo local com os mais vulneráveis.

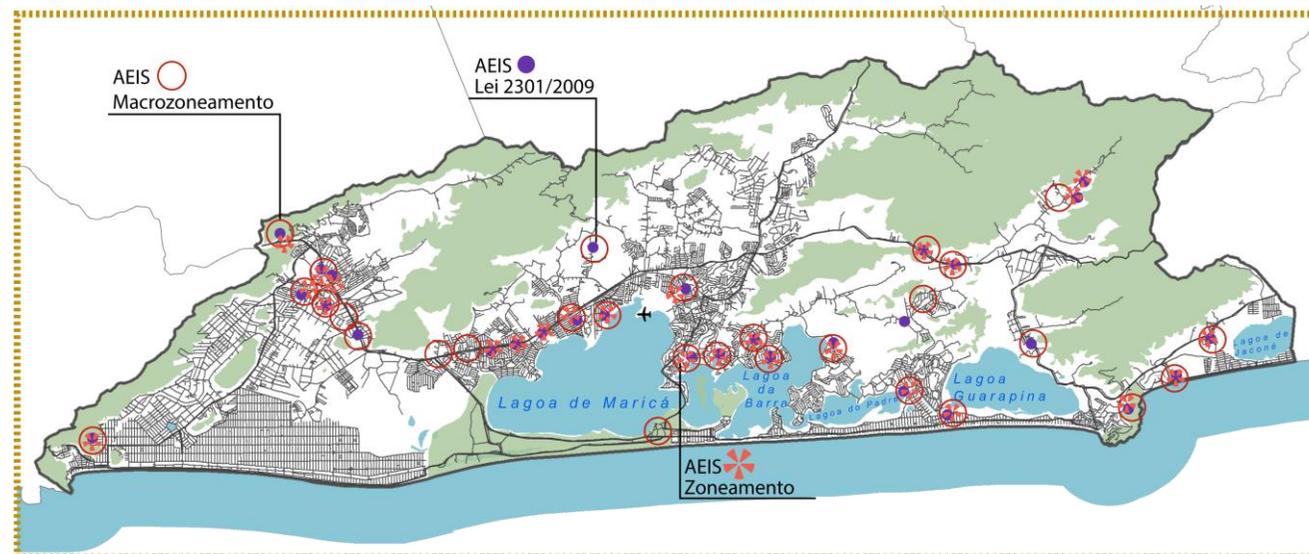
As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) existentes e expressas no macrozoneamento do Plano Diretor de 2006 e leis posteriores são importantes para a habitação de interesse social, mas precisam de um gerenciamento específico e mais abrangente para acompanharem a dinâmica da cidade e se disporem de modo mais eficaz ao enfrentamento da questão habitacional no Município.

O gerenciamento das AEIS deverá ainda ser integrado ao das áreas que apresentam irregularidade fundiária e/ou urbanística e em novas áreas que possam somar ao estoque de terras necessário às demandas atuais e futuras no Município.

Na perspectiva de uma Maricá sustentável, iniciativas como a coleta seletiva de lixo, o ônibus movido a hidrogênio, as hortas comunitárias, o IPTU Verde e a obrigação do reaproveitamento de água de chuva nas edificações, aliadas ao enorme potencial de

uso da energia solar no Município e outras que as Secretarias de Cidade Sustentável e de Ciência e Tecnologia da Prefeitura podem ajudar a desenvolver apontam uma extraordinária oportunidade de inovação para a produção de habitação de interesse social genuinamente identificada com as necessidades e as condições atuais do Município.

ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL (AEIS) DE MARICÁ



MOBILIDADE TERRITORIAL E URBANA

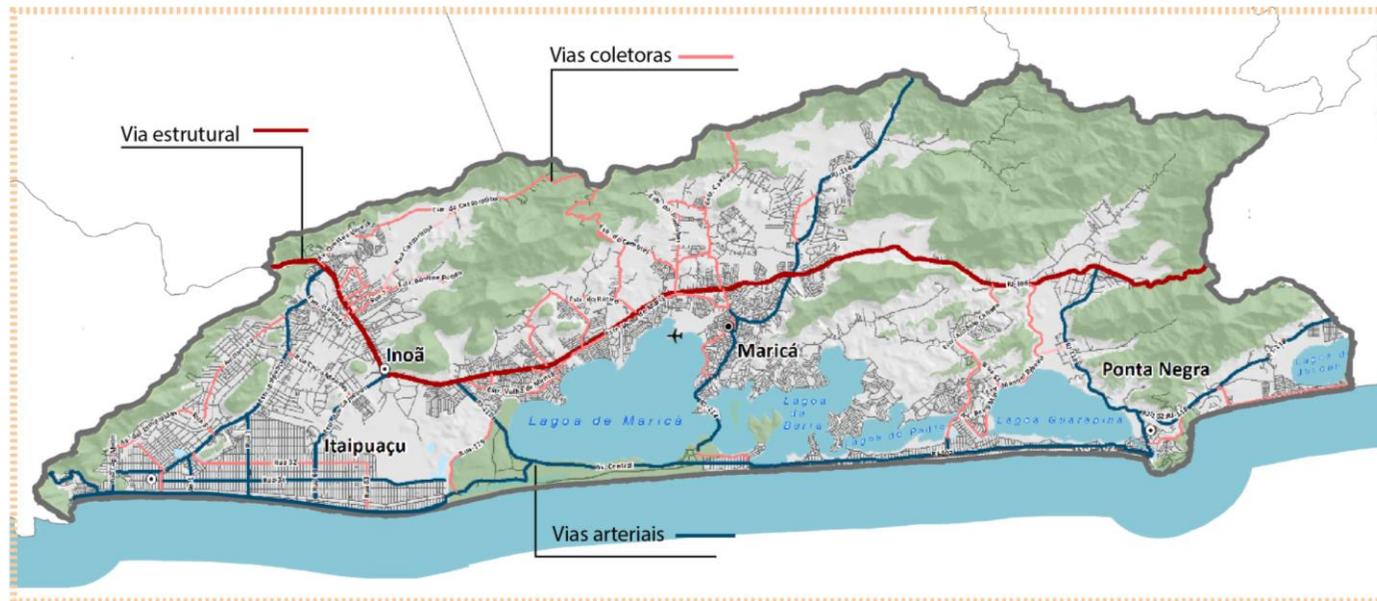
O PD 2006 estabeleceu uma hierarquia viária composta por vias estruturais, arteriais e coletoras, sendo as demais classificadas como locais. A Rodovia RJ-106 é o principal eixo de acesso ao Município, mas também a grande via de interligação entre bairros.

Maricá tem muito forte dependência das rodovias estaduais que cortam seu território, utilizando-as como meio para realização de viagens intramunicipais, o que provoca superposição das funções viárias e conflitos de fluxos.

As vias foram sendo implantadas, ao longo de décadas, no Centro e nos loteamentos sem articulação e conectividade e com cruzamentos em excesso. Isso resulta em riscos de acidentes e perda de fluidez, com impactos na acessibilidade local.

O sistema de transporte coletivo conta com 33 linhas (incluindo derivações) operadas pela Viação Nossa Senhora do Amparo (16) e pela própria Empresa Pública de Transportes - EPT (17). As linhas operadas pela EPT operam com tarifa zero.

Hierarquia Viária PD 2006



Cobertura das linhas de transporte coletivo em Maricá



MOBILIDADE TERRITORIAL E URBANA

Os maiores desafios de Maricá neste tema estão relacionados aos impactos do crescimento populacional verificado nos últimos anos e com tendência de continuidade nos próximos. Nesse contexto, o tráfego de veículos tende a crescer também, inclusive pelas próprias ações do Município na implantação de projetos de desenvolvimento.

Em relação ao fluxo de deslocamentos internos do Município, há uma clara concentração da geração das viagens nas regiões central e extremo oeste de Maricá, com forte heterogeneidade ao longo de todo o Município. Apesar das barreiras naturais existentes, este é um indicador de desenvolvimento urbano desequilibrado. Quanto aos deslocamentos para fora destaca-se forte conexão com os Municípios vizinhos, em especial Niterói e São Gonçalo, superior à da Capital.

Observa-se também que em um cenário possível de aumento da renda da população, a demanda por mobilidade será cada vez maior, tanto a motorizada quanto por transporte ativo, o que exige o planejamento do sistema de transportes em uma visão de futuro e integração com o planejamento do uso do solo. Outro desafio relevante que se anuncia para Maricá é o da estruturação da logística urbana, pois deslocamentos de cargas tenderão a surgir na cidade, advindos das atividades do setor do petróleo e resultantes do desenvolvimento local.

Outros três aspectos merecem atenção na perspectiva de implementação de uma política de mobilidade sustentável, que já contam com ações relevantes em Maricá, mas podem e devem ser aprimoradas:



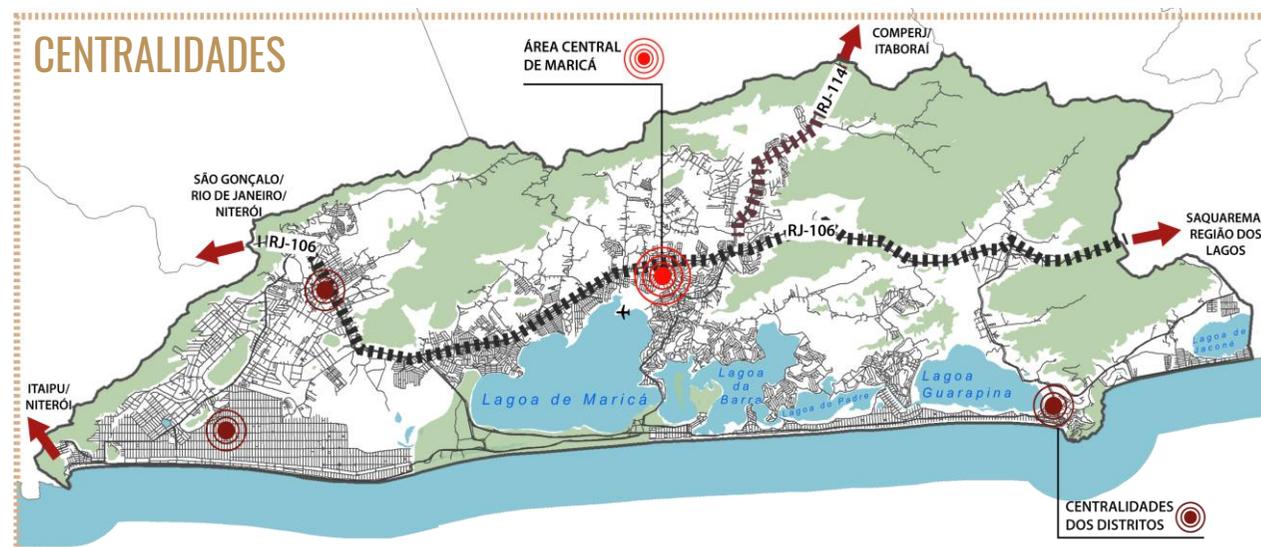
a adoção de uma política tarifária diferenciada nos transportes coletivos



a acessibilidade de calçadas e vias de pedestres



consolidação de um sistema de ciclovias que contribua para fomentar o transporte ativo



SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é composto por 4 componentes: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial. A responsabilidade de todos os serviços é do Município, porém alguns são operados por diferentes empresas:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	CEDAE
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SANEMAR (Autarquia Municipal)
LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	KAT AMBIENTAL (empresa privada)
DRENAGEM URBANA E GESTÃO COSTEIRA	Prefeitura Municipal de Maricá

ÁGUA



O Município possui histórico de falta d'água em decorrência da baixa capacidade de produção de seus mananciais. Assim, a importação de água, seja do

sistema Imunana-Laranjal, seja do sistema Tanguá-Maricá, ainda a ser construído, tem sido apontada como a principal alternativa. Em ambos os sistemas a água é captada em outros Municípios metropolitanos, sendo necessária a articulação regional.

INOÃ E ITAIPUAÇU: A oferta de água é superior a demanda, mas ocorrem muitas perdas físicas no sistema durante a distribuição.

PONTA NEGRA: O sistema, recém inaugurado, funciona bem, sem déficit de atendimento.

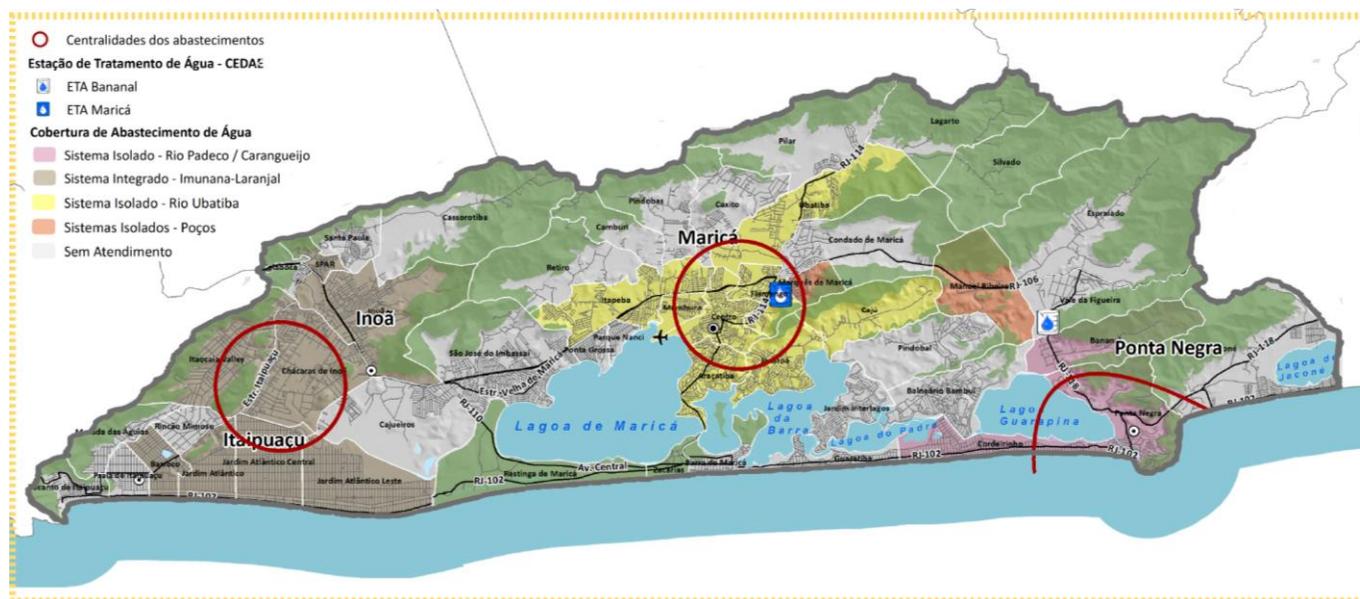
SEDE: A oferta de água é inferior a demanda e ocorrem muitas perdas físicas no sistema durante a distribuição.

Esses déficits podem aumentar em decorrência da população flutuante e com o crescimento da população, devido à perspectiva de implantação de grandes empreendimentos.

OS NOVOS PROJETOS PREVISTOS NA CIDADE DEVEM SER CONDICIONADOS À DISPONIBILIDADE DE VAZÃO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA QUE NÃO TRAGAM AINDA MAIS PREJUÍZO AO ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

DEVE HAVER UM ESFORÇO NA PRESERVAÇÃO DAS BACIAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO, PARA GARANTIR AUTONOMIA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO

Cobertura de abastecimento de água



SANEAMENTO BÁSICO

ESGOTO



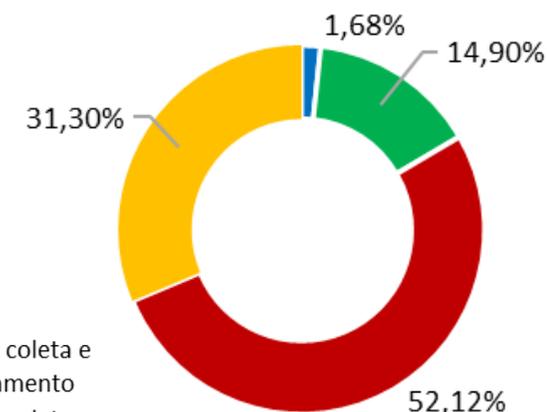
Quanto ao esgotamento sanitário, verificou-se uma baixa cobertura das redes coletoras e o uso de soluções individuais de tratamento. As práticas mais comuns

identificadas foram o lançamento direto nos rios ou nas redes de drenagem que nele deságuam, o que provoca a poluição dos recursos hídricos superficiais e também dos subterrâneos.

O Município conta com duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) que atendem ao centro do distrito sede, a ETE Araçatiba e a ETE Pedreira. Dois conjuntos residenciais, um em Itaipuaçu e outro em Inoã, também contam com ETE's. As instalações atuais de tratamento possuem, somadas, capacidade de tratar 2.156m³ de esgoto/dia. Logo, há um déficit de 10.614m³ de esgoto/dia, ou seja, cerca de 80% do esgoto gerado no Município deixa de ser tratado em ETE's, por falta de capacidade de tratamento.

É importante ampliar a oferta dos serviços de esgotamento sanitário, sobretudo nas zonas atendidas por mananciais subterrâneos. Buscando reverter este quadro, o Município possui projetos de ampliação dos sistemas e construção de novas ETES.

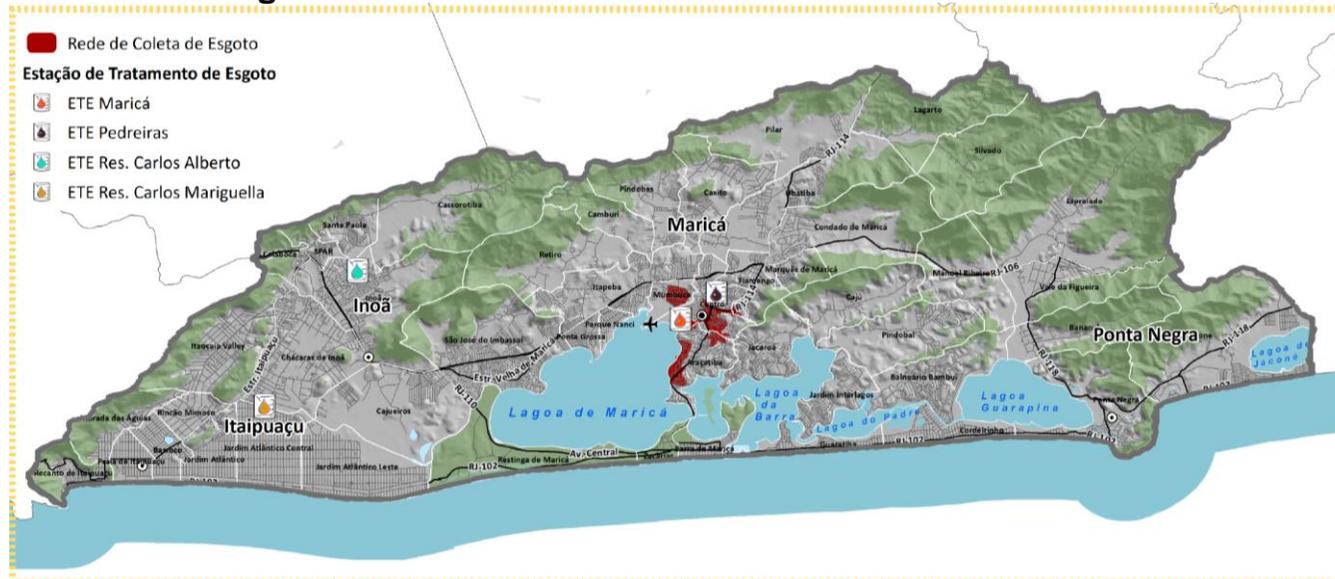
A CARÊNCIA DO SISTEMA DE ESGOTO COMBINADA À BAIXA COBERTURA DO SISTEMA DE ÁGUA, REPRESENTA UM RISCO PARA A SAÚDE PÚBLICA, VISTO QUE A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO FAZ USO DE POÇOS



- Com coleta e tratamento
- Com coleta e sem tratamento
- Solução individual
- Sem coleta e sem tratamento

Índice de atendimento em esgotamento sanitário em Maricá.
Fonte: ANA (2013)

Cobertura de esgotamento sanitário



RESÍDUOS



O Município é responsável pelos serviços públicos de resíduos sólidos, e deve buscar a universalização do acesso e efetiva prestação dos serviços, com qualidade, quantidade e regularidade na conformidade das necessidades da população, buscando sua eficiência e sustentabilidade econômica.

ESTES SERVIÇOS AVANÇAM POSITIVAMENTE COM: MELHORIAS NA COLETA REGULAR PORTA A PORTA EM RESIDÊNCIAS E COMÉRCIOS NO MUNICÍPIO, REALIZAÇÃO DESCENTRALIZADA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA POR MEIO DE 12 CONSERV E DISPOSIÇÃO FINAL NA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA.

Por se tratar de um processo contínuo de melhorias, ainda são necessários esforços para a mitigação dos passivos ambientais – antigos lixões de Itapeba e de Caxito – e incorporar suas possíveis alternativas de uso às demandas apresentadas pelo Plano Diretor, como também, investir na diminuição da geração de resíduos e otimizar as diversas possibilidades de tratamento, incluindo a implementação da

logística reversa, mas, sobretudo, ter o comprometimento dos cidadãos no processo de melhorias para sua cidade.

DRENAGEM



O Município é responsável pelos serviços públicos de drenagem pluvial e proteção Costeira e deve buscar cobrir toda a área urbanizada com:

- Um sistema de microdrenagem pluvial capaz de evitar inundações e alagamentos
- Proteção aos rios e canais que fazem a macrodrenagem
- Garantir segurança às construções litorâneas contra ressacas e a integridade das faixas de praia
- Garantir a livre circulação de água do mar para a lagoa e vice-versa
- Garantir a circulação de água entre as Lagoas por meio de dragagem regular

Nota-se que o Município tem tratado todas essas questões com seriedade e que de alguma forma a população se faz ouvir pelo

poder público. Ainda assim, pensando em um conceito moderno de gestão cabe a melhoria contínua.

Entre as ações recomendadas para tal é possível citar:

- Estudo de mitigação dos impactos das ressacas na faixa Costeira
- Adoção de rotinas de inspeção e dragagem dos canais entre as Lagoas
- Adoção de rotinas de inspeção e manutenção da rede de microdrenagem e canais
- Proteção Costeira e ligação das Lagoas com o mar

Do ponto de vista institucional recomenda-se:

- Criação/revisão das normas municipais de projeto de microdrenagem, bem como adoção de dispositivos de drenagem mais adequados à realidade de Maricá;
- Criação de um grupo para estudar, compilar dados e lidar com as questões da costa, lagoas e ligações lagoa-mar;
- Criar canais de comunicação para a população relatar problemas.

MEIO AMBIENTE

Maricá apresenta um território especialmente rico e diverso em termos de paisagem natural: rodeado de maciços; com extensa planície costeira; bacias hidrográficas e sistema lagunar exclusivos do Município, o que é uma característica rara entre os Municípios brasileiros, além das ilhas. Em vista disso, os aspectos ambientais adquirem uma dimensão mais relevante, tanto na quantidade e extensão das Unidades de Conservação (estaduais e municipais) e espaços protegidos (já previstos na própria Lei Orgânica Municipal – LOM), das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Faixas Marginais de Proteção (FMP), que se refletem em esforços importantes para sua preservação e manutenção.

Entre inúmeros desafios, destacam-se os aspectos de proteção aos recursos hídricos, como premissa para garantia da disponibilidade de abastecimento de água, por sua vez pré-requisito aos projetos previstos e estratégias em discussão para o desenvolvimento municipal.

Nessa perspectiva, a questão ambiental é assumida como um tema focal, considerando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as interfaces diretas entre as políticas, programas e ações de proteção ambiental com os demais temas tratados no Plano Diretor.



cerca de **61%** do território Municipal é de **Unidades de Conservação**



6 UCs de Proteção Integral
4 UCs de Uso Sustentável



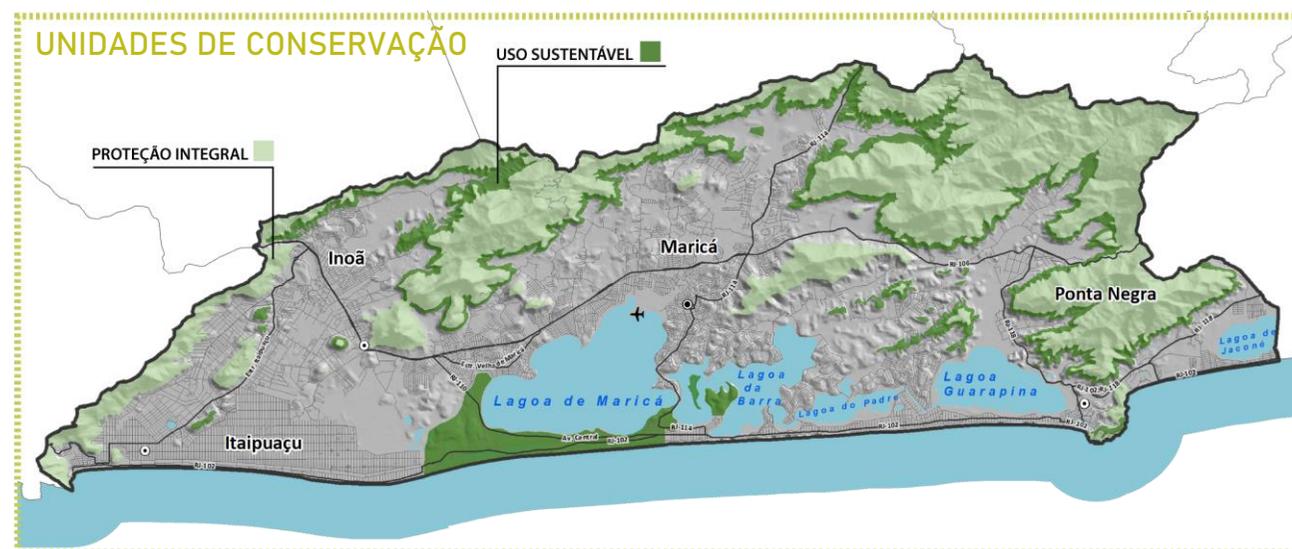
cerca de **11%** do Município é composto por **lagos e lagoas**



Arquipélago composto por: **ilha de Maricá e Anexo, ilhota do Calhau e de Criola**



Orla marítima ininterrupta com extensão de mais de **42 km**



O sistema lagunar de Maricá, característico da estrutura hidrográfica do Município e um dos principais fatores de atração e definição da ocupação do território, se constitui em barreira natural ao avanço do mar, com canais e dunas, cuja ocupação conduz à alteração desse regime e ao perigo de erosão, em função da dinâmica natural do movimento marinho. Além dos loteamentos já existentes, a pressão por novos empreendimentos imobiliários no entorno das lagoas e a ausência de saneamento básico, especialmente o esgotamento sanitário e drenagem urbana, com deposição de resíduos orgânicos, acelera os processos de eutrofização dessas lagoas, afetando a qualidade e balneabilidade das águas, com prejuízos à fauna e flora aquáticas e à saúde humana. O canal aberto da Ponta Negra, especificamente, implicou no carreamento de maior quantidade de lixo e resíduos orgânicos, tornando a lagoa da Ponta Negra não balneável. Os eventos extremos associados às mudanças climáticas poderão acelerar esses processos. Em especial na desembocadura do rio Mambuca evidencia-se maior acúmulo de sedimentos.

Da mesma maneira que o sistema lagunar, as restingas têm importante função de proteção das áreas baixas às ressacas. Sua própria manutenção significa um forte diferencial em relação a todo o litoral brasileiro, tendo em vista que a maior parte das originalmente existentes não foram adequadamente preservadas.



De acordo com informações da Secretaria da Cidade Sustentável existe algo como 6 milhões de m² de Faixas Marginais de Proteção não demarcadas ou consolidadas, especialmente nos distritos. Muitas das áreas remanescentes dos parcelamentos urbanos, doadas à Prefeitura por força da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, destinadas à implantação de equipamentos urbanos, encontram-se parcial ou totalmente inseridas em FMP ou em APPs. Nesse cenário, dada sua amplitude e dispersão, a demarcação das mesmas, bem como a proposição de usos ou recuperação de mata ciliar e seu controle se constitui em enorme desafio para as atividades de fiscalização.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Mudanças Climáticas, juntamente com Conforto Ambiental e Eficiência Energética, são novos temas que passaram a chamar a atenção dos urbanistas, ao acompanharem a evolução da compreensão sobre suas interações com a qualidade de vida e a sobrevivência da humanidade em escala planetária, seus impactos para o desenvolvimento de países e regiões, sua dependência para a manutenção das condições de conservação e perpetuação do aproveitamento e uso do território, e para a promoção do bem estar da população nas cidades e no campo.

Em Maricá, neste diagnóstico, foi identificada a necessidade de estabelecer e promover ações de prevenção e combate de situações de risco, no enquadramento e formulação de uma política pública que tome por objetivo a efetivação de Maricá como cidade resiliente.

Frente à qualidade da infraestrutura já instalada na Defesa Civil do Município para **remediação** dos impactos das mudanças climáticas e ocorrência de eventos extremos, é necessário centrar as atenções

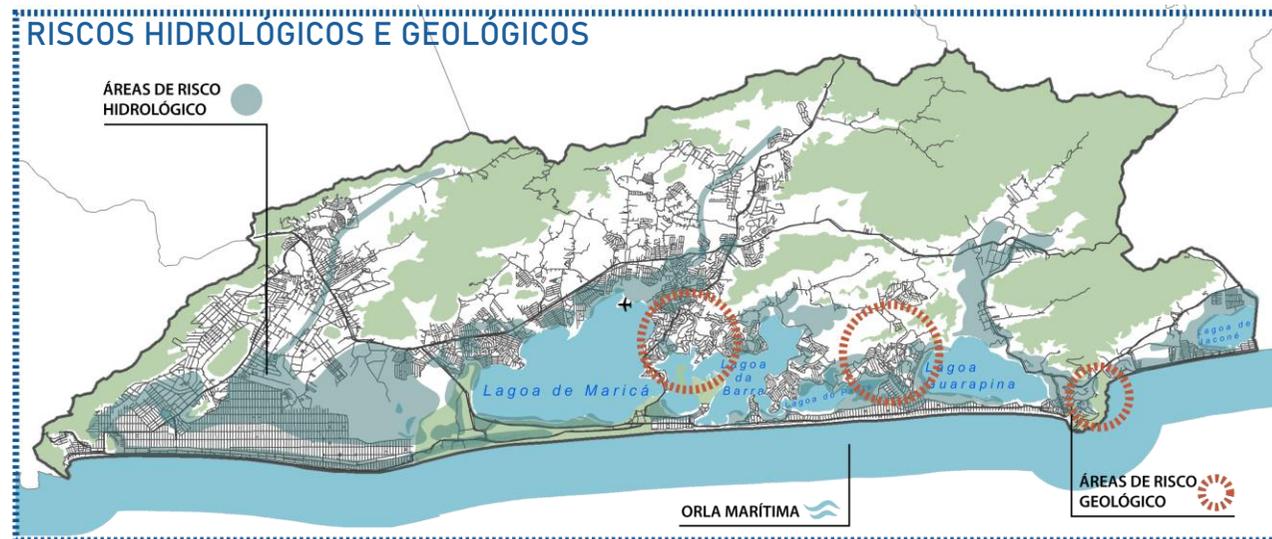
na promoção de ações e investimentos coordenados com as demais políticas públicas implicadas com a **mitigação e adaptação** dos impactos na promoção da resiliência do território e da Cidade, nos seguintes campos principais:

- planejamento e controle do uso e ocupação do solo;
- habitação;
- drenagem



De acordo com as análises feitas, aqui são listadas medidas estruturantes de maior urgência, que se constituem grandes desafios que atravessam e devem condicionar as políticas, programas e ações sobre o território :

- revisão da legislação urbanística complementar do Plano Diretor de Maricá, para responder às premissas da promoção da resiliência do território e das edificações e capacitação das equipes municipais para agir e operar nos projetos da Prefeitura;



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- obras de contenção e prevenção em áreas vulneráveis - que assegurem o regime natural das águas do sistema lagunar e o controle de enchentes; que avancem na ampliação e eficácia da rede de drenagem, inclusive com soluções que promovam a reservação das águas pluviais e retardamento do lançamento no sistema de coleta; a efetivação de programa de contenção de encostas e transferência dos ocupantes de áreas de risco;
- permeabilidade do solo - adoção de medidas para ampliação das áreas livres de impermeabilização, seja no interior dos lotes, seja em áreas públicas de grandes proporções; além da adoção de calçadas verdes e pavimentação drenante;
- erosão marinha - promoção de solução radical para contenção do avanço da erosão marinha e da energia das ondas de ressaca, com base em estudos aprofundados da dinâmica marítima;

- preservação e recomposição do sítio natural - manutenção livre de ocupação e recuperação dos sítios naturais, bem como da imposição de faixas non aedificandi no meio urbano, em especial na orla e nos limites dos recursos hídricos.



Cumulus Nimbue sobre Maricá

Fonte: Erre Jota Notícias - 08/04/2019. Foto: sem denominação.



Inundação em Maricá

Fonte: TV Record - 01/03/2016. Imagem: sem denominação.



Deslocamento de bloco - Pedra de Itaocaia

Fonte: Noticiário RJ on line - 08/2009. Foto: Felipe Teobaldo.



Vendaval em Maricá

Fonte: YouTube - 13/01/2012. Imagem: Márcio Everson..



Ressaca em Maricá

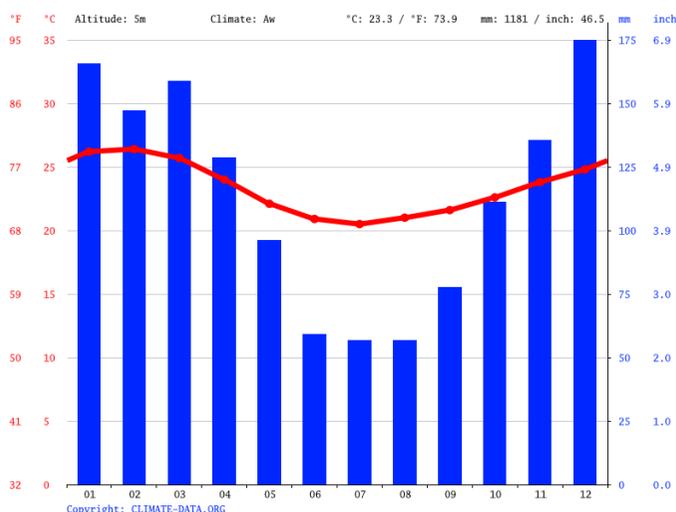
Fonte: OPortal da Cidade Maricá - 11/04/2020. Foto: Prefeitura de Maricá.

CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS

A classificação climática do Município de Maricá (RJ) é Aw, clima tropical com estação seca no inverno. De acordo com a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), o clima na região é predominantemente quente e úmido, com verões quentes e chuvosos (entre os meses de setembro e abril) e invernos subsecos (entre os meses de maio e agosto).

Médias climáticas mensais de Maricá



Fonte: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-de-janeiro/marica-3999/>

DESAFIOS

A assimilação do clima urbano, conforto ambiental e do uso eficiente da energia elétrica como aspectos a serem incorporados no planejamento urbano e na gestão das cidades se torna emergencial. Os efeitos adversos na qualidade ambiental da cidade resultam, em boa parte, da forma como o solo é parcelado e ocupado e como as edificações são construídas.

A construção de uma agenda municipal para promoção do conforto ambiental urbano envolve esforços e ações para a inclusão dos **princípios bioclimáticos** na revisão e atualização da legislação urbanística do Município, entre os quais:

- inclusão de diretrizes específicas, nos instrumentos de controle urbanístico (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), adequadas ao tipo climático do Município, para a promoção da qualificação ambiental do espaço urbano e a promoção do conforto ambiental nas edificações;

- inclusão dos princípios de conforto ambiental e de eficiência energética no Código de Obras e Edificações, para o favorecimento da qualificação edilícia (novas edificações e em reforma/*retrofit* de edificações existentes) do Município.

Envolve também esforços e ações para a inclusão dos **princípios de conforto ambiental** e de eficiência energética nas políticas públicas do Município, com vistas à promoção de edificações municipais eficientes do ponto de vista energético e ambiental, o que inclui:

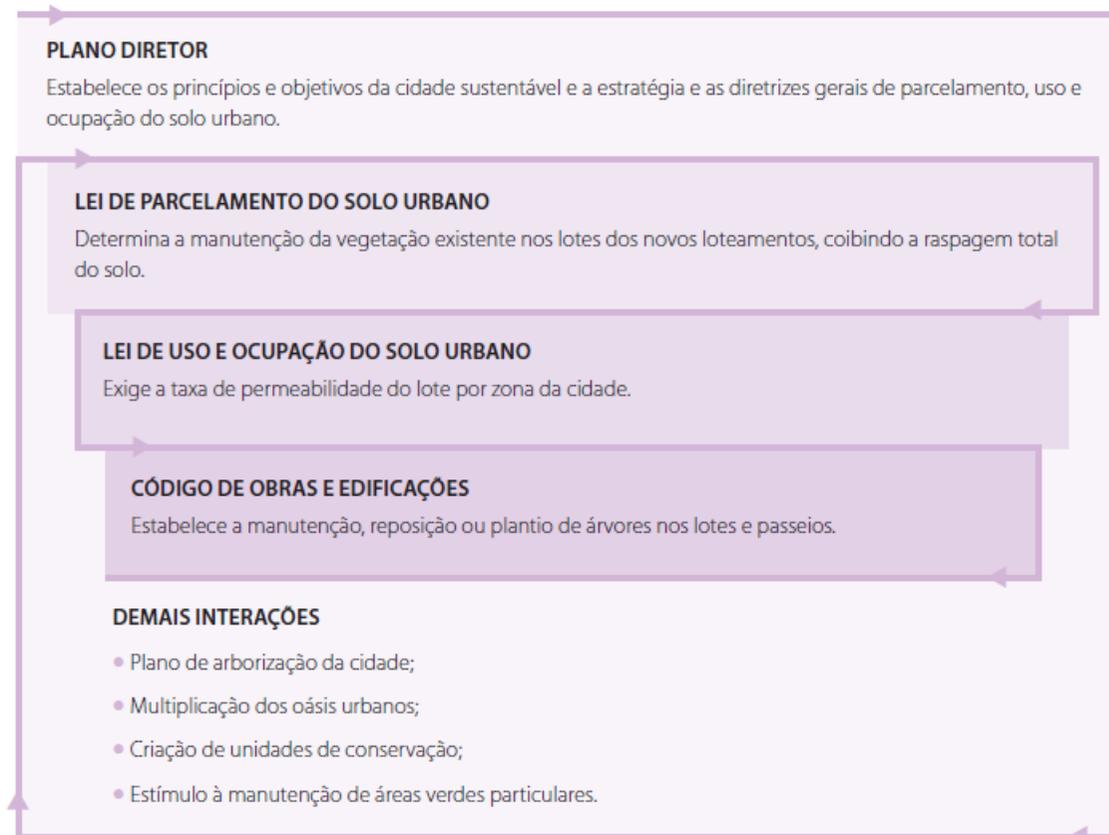
- revisão e atualização dos instrumentos legais - Caderno de Encargos e Termo de Referências - para elaboração de projetos arquitetônicos dos próprios municipais (novas edificações e em reforma/*retrofit* de edificações públicas existentes), cujos comandos devem ser adotados por todas as Secretarias Municipais e Autarquias;
- definição de diretrizes específicas para a política de habitação.

CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

ALGUMAS MEDIDAS ESTRUTURANTES QUE MERECEM ATENÇÃO:

- Recuperação e/ou preservação do sistema lagunar, para a manutenção das taxas de evaporação e infiltração de água no solo, cuidando de definir faixas non-aedificandi em suas margens, para manutenção da permeabilidade do solo e da vegetação nativa.
- Ampliação das áreas verdes e manutenção de áreas livres de impermeabilização no interior dos lotes (exigência que advém da Lei de Uso e Ocupação do Solo). Este requerimento contribui para a ampliação das áreas verdes na cidade e, conseqüentemente, influi de modo favorável para o clima urbano do Município.
- Implementação do Plano de Arborização Municipal, para minimizar a baixa cobertura florestal na área urbana e a ausência de arborização nas ruas de bairros e nos loteamentos consolidados.

- Implementação de metodologia de gestão do consumo de energia elétrica e estabelecimento de políticas públicas para promoção da eficiência energética no Município e reúna e unifique as diversas ações pontuais realizadas pelas Secretarias Municipais.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O perfil da economia municipal indica crescimento econômico maior que o verificado no Estado do Rio de Janeiro nesta década, e muitos dos indicadores socioeconômicos vem apresentando melhoria. Os setores econômicos possuem dinâmicas muito distintas. O que se observa é que apesar da indústria ser o setor mais importante em termos de valor adicionado, seja no ranqueamento com relação ao estado do Rio de Janeiro seja na contribuição pro PIB municipal, os setores de serviços e comércio, de menor produtividade, são os que apresentam maior dinamismo de abertura de firmas e concentra a maior parte dos empregos formais, com baixo nível de salário médio mensal (2,4 salários mínimos).

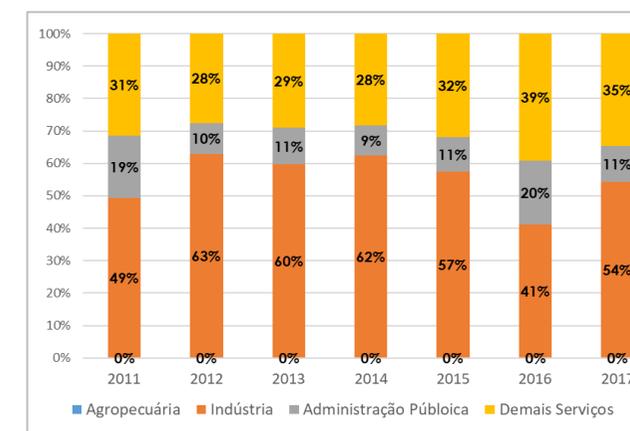
O Município de Maricá ainda concentra desafios importantes nas dimensões de emprego e renda.

Maricá possui um conjunto relevante de políticas e projetos que endereçam essas questões e visam dar dinamismo à economia municipal através da inovação, atração de empresas e do desenvolvimento de ecossistemas como de economia solidária e economia criativa, por exemplo. Também deve-se mencionar as políticas de renda básica da cidadania e de incentivo à formalização por sua importância.

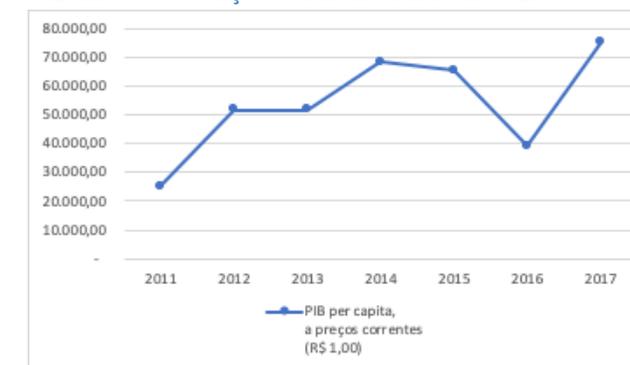
Identificou-se a oportunidade relevante de crescimento econômico e de diversificação das atividades no Município. No entanto, há que se dimensionarem os impactos negativos que o ciclo de royalties pode gerar e a efetividade das estratégias que já foram traçadas para evitar o colapso e empobrecimento posterior do Município de Maricá, com a sua diminuição ou extinção. No caso de Maricá, a variação das rendas petrolíferas percebidas de 421%, no período de comparação 2013-2017, e um aumento nominal de 148% apenas nos anos 2016 para 2017, mostra a importância deste impacto.

O Município de Maricá arrecadou apenas em impostos e taxas municipais, em 2019, R\$ 789,73 *per capita*, somando os valores das transferências que incluem royalties e participações do petróleo, a receita atinge a impressionante cifra de R\$ 15.573,93 *per capita*.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES



PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES MARICÁ - 2011-2017.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, 2011-2017, IBGE.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Paralelamente, observa-se também, a partir da execução orçamentária, a implantação de políticas de desenvolvimento pioneiras, inovadoras e anteriores à ampliação crescente na capacidade de investimento do Município, isto é, o crescimento da receita Municipal permitiu a ampliação dessas políticas e, por consequência, elevou o gasto público em termos absolutos (valores nominais), o que se verifica no incremento das Despesas (exceto intra-orçamentárias) de forma imediata. As despesas públicas municipais constituem todos os desembolsos realizados pelo município na prestação dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da população, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.

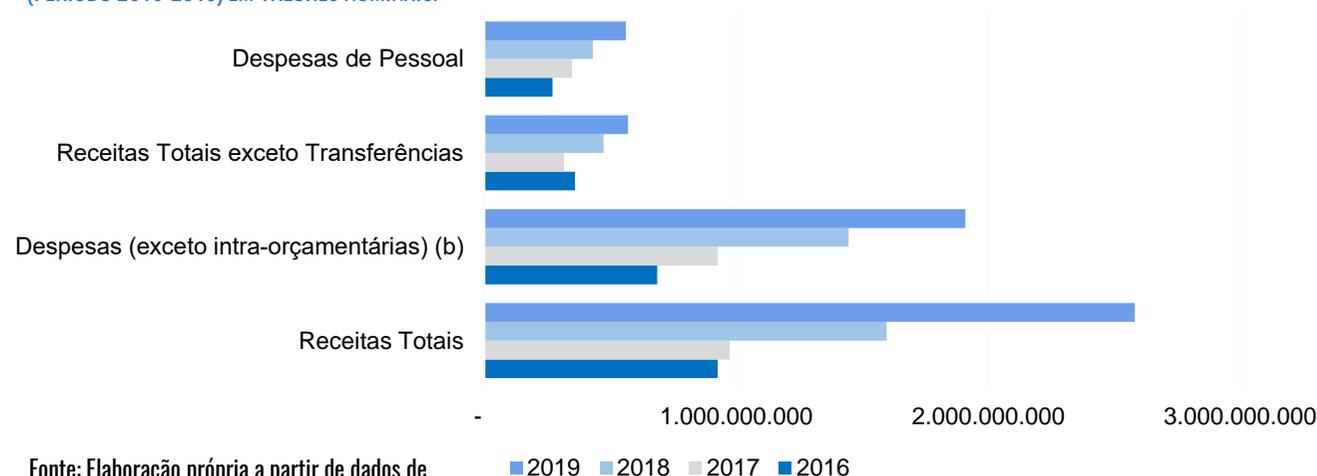
A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) determina o limite de 75% de despesa com pessoal. Diante das Receitas Totais, em decorrência das Transferências Correntes, esta relação para o Município de Maricá vem se reduzindo.

Em 2016, as despesas com pessoal correspondiam a 29% e em 2019 reduziram-se ao patamar de 22%. No entanto, quando descontamos das receitas totais a rubrica Outras Transferências Correntes vemos que a conta PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS correspondiam a 75% das receitas em 2016 e corresponde a 99% em 2019.

Essa relação é imprescindível para entender o crescimento da dependência do orçamento maricaense em relação às rendas petrolíferas.

Há que se destacar que o aumento das receitas percebidas pelo Município de Maricá não isenta a Administração Municipal de fazer escolhas, tomar decisões e criar prioridades para a alocação das despesas. Sob a ótica contábil, as despesas em serviços se esvaem no consumo deste no mesmo instante que a atividade acontece, por outro lado, as despesas de capital em obras e equipamentos irão gerar futuramente gastos de manutenção, depreciação, obsolescência e reposição. Neste sentido, o planejamento e monitoramento são fundamentais para o alcance de objetivos de longo prazo e sustentabilidade das finanças municipais.

RELAÇÃO RECEITAS TOTAIS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ (PERÍODO 2016-2019) EM VALORES NOMINAIS.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Finbra e Portal da Transparência de Maricá.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

O patrimônio identificado em Maricá possui uma grande diversidade que se espalha ao longo de todo o território. O desafio maior é integrar esse patrimônio de natureza tão diversa, mas que ao mesmo tempo interage desde as primeiras ocupações. O patrimônio material, dialoga com o imaterial que se apropria totalmente da paisagem e da natureza que envolve o território. A partir de uma leitura mais ampla e atual, e da percepção sobre o território do Município enxergamos um conjunto significativo de bens culturais que retratam as memórias e tempos distintos, que necessitam de um olhar e ação atenta para que não se percam as referências, a história e as tradições do lugar e de sua gente.



Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo
Foto: Acervo Renata Gama.

Maricá possui um conjunto significativo de patrimônio construído, imaterial e natural que permanece até hoje: as antigas sedes de fazendas, onde moravam seus proprietários, destacavam-se na paisagem pelas proporções, a horizontalidade e a implantação em ponto elevado, em posição de dominância visual da propriedade; as igrejas de feição colonial com forte influência portuguesa; uma comunidade pesqueira tradicional - Zacarias, presente na área desde o Século XVIII;



77 bens

PATRIMÔNIO MATERIAL

28 bens

PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGEM CULTURAL



16 bens

PATRIMÔNIO IMATERIAL

sítios arqueológicos e também um complexo ecossistema de restinga, formado, entre outros componentes, por tabuleiros costeiros, um duplo cordão arenoso coberto por dunas, brejos, vegetações e fauna de restinga, e elementos geográficos imponentes na paisagem que juntos compõem um cenário diferenciado e resiliente no contexto atual, com forte apelo, significado e valores histórico, cultural, paisagístico e social.



Fotos: Prefeitura de Maricá e Associação Comunitária de Zacarias (ACCLAPEZ)

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

Para vencer os desafios é necessário desenvolver e fomentar ações a atividades em três eixos que se complementam:

1. Salvaguarda do patrimônio;
2. Conservação do patrimônio;
3. Promoção do patrimônio, e em paralelo com o conceito e paisagem cultural tratar as questões da resiliência e sustentabilidade nesse território.

Ações necessárias e possíveis:

- Atualizar o conceito de patrimônio, adequando-o as diversidades e novos desafios;
- Estabelecer ações de salvaguarda ao patrimônio que se encontra em situação de risco. Mitigando e conduzindo a um novo cenário;

- Instrumentalizar e aumentar o número de técnicos na Prefeitura Municipal de Maricá para uma atuação efetiva na proteção do patrimônio;

- Integrar planejamento urbano e as políticas setoriais, onde o patrimônio histórico, cultural e paisagístico seja efetivamente tratado como elemento estruturante e agregador - articulação entre os instrumentos urbanísticos e a proteção/preservação do patrimônio; Revisar o PD como uma ação integrada do planejamento e gestão territorial com as políticas ambientais e sociais, sobretudo nas dimensões culturais e econômicas;

- Formular a implantação de novos instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre União, estados e Municípios democratizando o acesso à informação sobre o patrimônio cultural e a política de preservação, de modo a estimular e qualificar a participação social;

- Revisar a legislação urbana e propor alterações e elaborar normas e instrumentos eficazes garantam a salvaguarda do patrimônio nas suas variadas tipologias e classificações;

- Elaborar um cadastro e/ou inventário de todos os bens já identificados no território do Município de Maricá;

- Na documentação já elaborada pela Prefeitura e que faz parte do Plano Diretor 2006, identificar e reconhecer aos bens culturais mais representativos e garantir sua proteção;

- Formular diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como foco o envolvimento da sociedade, a promoção do desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural;

- Fomentar programas que gerem circulação da produção das comunidades locais e também o uso das edificações para geração de renda local.

TURISMO

Maricá está classificada em categoria C pelo MTur no Mapa do Turismo Brasileiro.

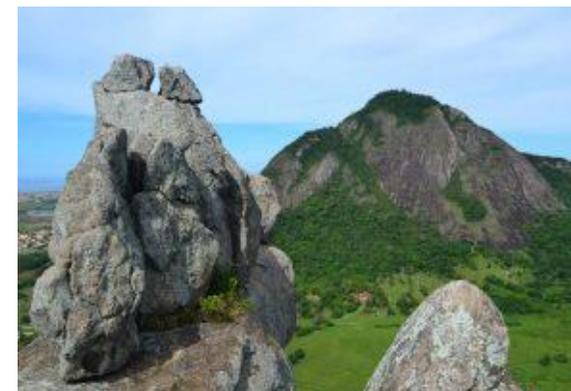
O principal desafio para o fomento do turismo em Maricá é realizar a sua potencialidade tornando-se um destino turístico de fato. Esse é um desafio comum a muitas cidades do Brasil, que possuem alguma potencialidade turística e que desejam fazer crescer o setor, sobretudo porque ele força o crescimento de diversos outros setores já instalados.

Se por um lado Maricá se beneficia pela maior proximidade com a Cidade do Rio de Janeiro, de outro tem o desafio competitivo de se diferenciar e se qualificar como destino turístico de interesse perante os demais de sua região turística, a Costa do Sol. E mais, de definir um caráter e marca singular, pois, como ela, todos possuem o mesmo apelo de atratividade Sol & Praia.

Algumas preocupações parecem relevantes para fomentar a fruição do turismo no Município, entre as quais:

- Ter ações para atrair o morador da capital do RJ;
- Aproveitar o turista que visita a Região dos Lagos (Turismo de Sol e Praia);
- Atenção ao turismo de negócios baseado no business petróleo e gás (Turismo de Negócios);
- Manter, interpretar e aproveitar turisticamente o patrimônio ambiental e cultural presente no Município (Turismo de Natureza e Turismo de Experiência).

Torna-se necessário, portanto, Maricá identificar os públicos alvo, preparar o território/Município com ações de qualificação urbanística e empresarial, e divulgar os atrativos na medida da evolução da implantação da referida infraestrutura turística. Isto é o coração do desafio: desenvolver-se de forma ordenada.



Fotos: Prefeitura de Maricá

TURISMO

O Município de Maricá possui um leque de atrativos já identificados, que podem ter reforçados seu direcionamento e inserção em estratégia econômica para que se tornem, no contexto de uma cadeia produtiva, fonte significativa de receitas municipais e de renda para os munícipes. Os recursos locais, com o devido aproveitamento, podem vir a se transformar em elementos ativos na capacidade de atração de turistas e de diferenciação em relação à Costa do Sol.

Um conjunto de atividades de interesse para o turismo é identificado em Maricá:

- (i) Atividades esportivas náuticas.
- (ii) Atividades em percurso de trilhas na natureza.
- (iii) Caminhos rurais.
- (iv) Eventos regionais.
- (v) Rotas Turísticas – Caminhos de Darwin; Caminhos da Fé; Aventura e Ecoturismo e outras

Alguns atrativos turísticos:

Cachoeiras do Pico da Lagoinha e do Espraiado



Gruta de Ponta Negra



Gruta do Spar



Orla das Amendoeiras



Parque Estadual da Serra da Tiririca



PETRÓLEO E GÁS

As relações pertinentes ao tema Petróleo e Gás, a destacar no contexto da revisão do Plano Diretor de Maricá dizem respeito, primeiramente, ao desenvolvimento industrial e econômico, e sequenciado com as compensações fiscais geradas para o Município pelo repasse de recursos na forma de royalties e participações especiais, repasses estes que vem dando suporte ao crescimento do Município.

Com base nas informações disponíveis, é factível especular que Maricá deverá contar com possíveis compensações financeiras provenientes da indústria petrolífera para o tempo que compreende a próxima década, pelo menos. Vale destacar, entretanto, que possíveis variações no preço do barril de petróleo, bem como na legislação de partilha das compensações no território nacional podem influenciar consideravelmente nas receitas de Maricá.

Outro campo que pode se beneficiar diretamente dessa interação é o do turismo, que tende a tomar outras proporções, face à concentração de atividades petrolíferas a

serem possivelmente intensificadas em um futuro próximo e às ações em curso pela Administração do Município de prover infraestruturas, como a do aeroporto local, tendo em vista a intensificação na direção da transformação do Município em um hub para o setor do petróleo e gás, e demais iniciativas correlatas de interesse, como a atração de empreendimentos hoteleiros, estrutura de eventos e negócios pela qualificação e diversificação da oferta de sua rede de serviços, dentre outros.

Detalhamento das Rotas e destaque para a Rota 3 que interliga o Polo do Pré-sal e o COMPERJ.



Fonte: Petrobras, 2017.

Entretanto, o setor de petróleo e gás tem forte poder de atração de população, pelas riquezas que gera e pela mítica que o cerca. Assim, duas outras interações devem ser destacadas: com o planejamento do uso e ocupação do solo e com a proteção ambiental. Tão importante quanto a reserva de áreas para a expansão das atividades ligadas ao setor, é a condição de provisão da eficiência da cidade que o abriga e o bem estar que a qualidade urbana deve garantir aos seus habitantes e visitantes.

Percurso da Rota 3 de escoamento de hidrocarbonetos em terra, adentrando a costa no litoral pela praia de Jaconé, Maricá/RJ.



Fonte: COORDENA, Coordenação de Projetos & Soluções Ambientais, 2017

PETRÓLEO E GÁS

Com as compensações financeiras (royalties e participações especiais) recebidas, Maricá vem investindo recursos em diferentes frentes, dentre as quais algumas merecem destaque:

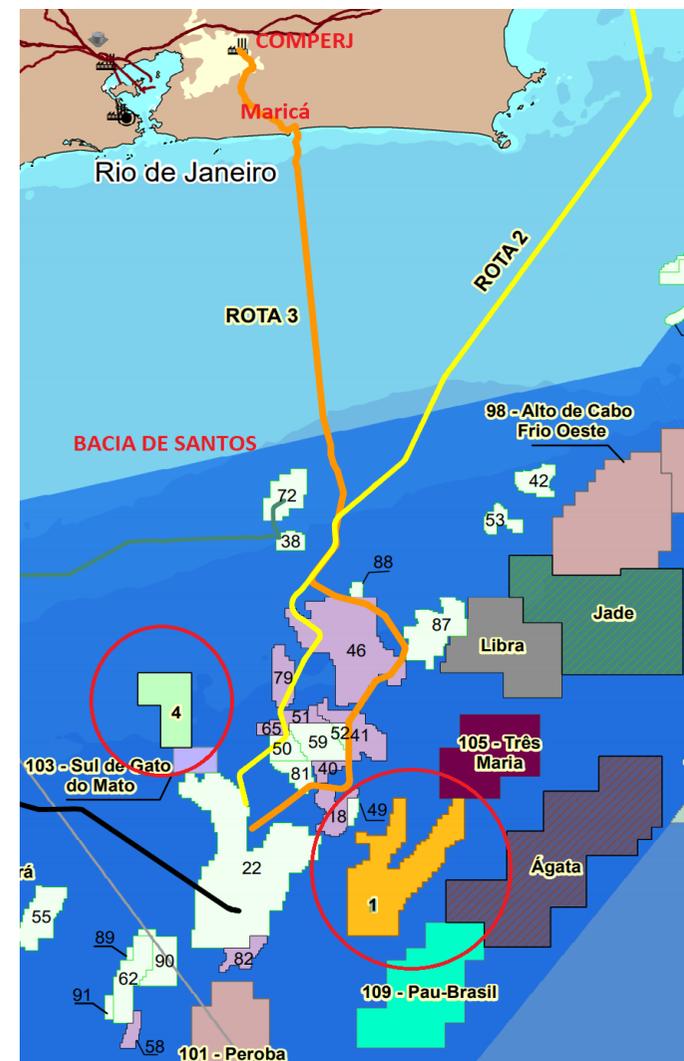
- Programa de transferência de renda, Moeda/Bolsa Mumbuca, na forma de valor monetário. Comerciantes locais aceitam a moeda e, assim, ocorre a transferência de renda via “moeda social”;
- Mumbuca Futuro. Repasse financeiro para alunos do ensino fundamental das escolas públicas do Município para incentivo na forma de suporte aos estudos;
- Empresa Pública de Transportes de Maricá (EPT). Criada em 2014, opera linhas de ônibus gratuitas;
- Programa Hortas Comunitárias. O Município distribui lotes para o plantio de verduras, sendo a colheita dividida entre os participantes do programa. Todo o plantio é acompanhado por técnicos especializados de cooperativa local;

- Caminhão do Peixe. Veículo no qual os pescadores artesanais vendem seus pescados diretamente ao consumidor;
- Adiantamento de obras de vínculo com a Saúde Pública, como por exemplo: a construção do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara;
- Infraestruturação do Aeroporto Municipal para atendimento das atividades petrolíferas com um novo Terminal Offshore;
- Construção de ciclovias em diversas regiões de Maricá.

FUNDO SOBERANO

Ação do Município, que obriga a destinação de 1 a 5% dos recebimentos mensais para este Fundo, com o objetivo de ser utilizado em momento de esgotamento dos recursos disponíveis provenientes das atividades petrolíferas.

Bacia de Santos com destaque para campos e blocos possivelmente vinculados ao Município de Maricá



Fonte: Base de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2020.

MAPA SÍNTESE

